

■ A discriminação do negro em Cuba: causas e consequências

.....**Dimas Castellanos**

A discriminação dos cubanos de pele escura, a luta contra essa injustiça ao largo de nossa história e o obstáculo que tem representado para a formação de uma consciência de destino comum é designada em Cuba, erroneamente, com a expressão “problema do negro”; um fenômeno complexo cuja gênese remonta à necessidade da força de trabalho do sistema escravista implantado pelo colonialismo espanhol.

Durante a primeira metade do século XVI a economia da ilha, essencialmente mineira, sustentou-se no trabalho indígena. Depois dessa época e até o fim do século XVII predominou a pecuária e a marinha militar, período em que as cidades de Havana e de Santiago de Cuba se especializaram nos serviços marítimos e construtivos, enquanto outras cidades alcançaram um fabuloso crescimento com as fazendas de gado (M. MORENO FRAGINALS, 1995, p. 99). Entre o final do século XVII e o primeiro quarto do século do século XVIII, a economia girou em torno de atividades ligadas à produção de tabaco e de café, onde o trabalho escravo esteve presente de forma total na produção de café e, parcialmente, no tabaco. Depois de 1762, quando Havana foi ocupada pela Inglaterra, o açúcar tomou o lugar do restante das atividades, transformando a geografia do país e a composição étnica da população.

Segundo Moreno Fragnalis “[...] os lavradores não trabalhavam no campo, os espanhóis sequer iam às minas, e os artesãos se negavam a ocupar-se em seus ofícios” (ibidem, p. 63). Por sua vez, a condessa de Merlín⁶³, narra o seguinte:

... um havaneiro, patriota esclarecido, concebeu um projeto que o honra: convocou cinquenta trabalhadores de Castela por meio de um periódico, oferecendo-lhes mil vantagens a quem viesse se estabelecer em Cuba e cultivar a cana. Poucos dias depois apareceu no mesmo periódico a reclamação mais furibunda de um castelhano residente em Havana, o qual se queixava amargamente do insulto feito ao seu país, e acrescentava que os honrados castelhanos não se achavam reduzidos a tal grau de miséria e envilecimento, que deveriam se igualar aos negros escravos da lha de Cuba (Merlín, 1841, p. 21-22).

63 María de las Mercedes Santa Cruz y Montalvo, condessa de Merlín.

Essa conduta parasitária, após dizimar a população autóctone, abriu caminho para a introdução de negros escravos com “forças físicas” suficientes para fazer o que o peninsular se negou e o indígena não resistiu.

O cientista social cubano Fernando Ortiz, em *Los negros esclavos* (1916) afirmou que os originários da Europa:

Vieram para as Índias como aventureiros, trouxeram com os prolegômenos da civilização a impulsividade própria de seu povo e a profissão guerreira filtrada através de oito séculos de guerras incessantes. Chegaram à Cuba um punhado desses homens nos quais era latente o fervor bélico das ainda recentes guerras contra os mouros (R. VIÑALET, 2001, p. 102).

A este fato acrescentam-se outros dois fatores: 1- a determinação da rainha de Castela de que somente os castelhanos iriam às Índias e 2- o monopólio da navegação entre Espanha e América, realizado pelos portos de Sevilha e Cádiz explica porque continuaram a chegar à Cuba somente espanhóis do sul da Península, nos quais o caráter impulsivo, o afã de lucro imediato e a rejeição do trabalho eram mais agudos que nos habitantes do norte.

O comércio de escravos

A escravidão dos africanos não foi iniciada pelos espanhóis, tendo sido introduzida na península durante os séculos XIV e XV, através do comércio português e das guerras. A contribuição da Espanha a ampliou com o comércio até convertê-la na base de acumulação capitalista originária. Em janeiro de 1505, foi enviada La Española, uma caravela de mercadorias, ferramentas e dezessete negros para o trabalho nas minas de cobre (J. A. SACO, 1982, p. 461). Em 1521, os flamencos levaram à Cuba os primeiros trezentos negros com autorização do rei e, em 1586 foram introduzidos na ilha outros duzentos e oito escravos. O volume do tráfico durante o primeiro século foi tal que em 1589 um informe da Casa de Contratação de Sevilha assinalava aos escravos negros como a mais importante mercadoria de exportação às Índias. Em 1594, 47,9% dos barcos que chegaram à América dedicavam-se ao tráfico de escravos (L N. RIVERA PAGÁN, 1991, p. 307).

O processo mediante o qual Cuba se tornou grande importadora de escravos está relacionado com a oligarquia crioulo-cubana, portadora das idéias mais avançadas e dona das máquinas, da terra e da mão-de-obra escrava. Essa oligarquia, vinculada ao comércio capitalista na última década do século XVIII, possuía representação dentro do governo e exercia de maneira efetiva o governo insular.

Ante a demanda do comércio mundial e da escassez de mão-de-obra para produzir açúcar, teve que decidir entre o utilitarismo ou a dignidade dos seres humanos, e optaram pelo primeiro, porque era a única solução possível para iniciar a expansão açucareira.

Francisco de Arango y Parreño, seu principal ideólogo, expressou com nitidez o fundamento em Cuba, da plantação, colonial, escravista e burguesa:

Antes, Senhor; é pensar na escravidão política destas regiões que na escravidão civil: antes nos espanhóis que nos africanos: antes fixar os direitos e gozos que aqui deve ter a cidadania, que determinar o tamanho e número das portas que para estes gozos devem abrir-se ou cerrá-las às pessoas de cor (ibidem, p. 190).

Foi este ideólogo quem conseguiu emitir o Documento Real de 28 de fevereiro de 1789, mediante o qual se autorizou a liberdade do comércio negreiro por dois anos, prorrogáveis nos anos sucessivos. Assim, entre a produção de açúcar e o comércio de escravos foi estabelecida uma estreita relação. Tudo o que influía no aumento ou discriminação de um, refletia no outro; porque os negros eram a principal alavanca dos engenhos (M. MORENO FRAGINALS, 1995, p. 510).

Desde o século XVI até meados do século XVIII se produziu uma entrada crescente de escravos; porém foi com a ocupação inglesa que esse comércio disparou. Nos primeiros cinco meses de ocupação foram importados 10.700 (dez mil e setecentos) escravos da África e entre os anos de 1763 e 1790, mais de 30.875 (trinta mil oitocentos e setenta e cinco) chegaram a Cuba. Logo, entre 1790 e 1820, passaram pela alfândega 236.599 (duzentos e trinta e seis mil quinhentos e noventa e nove) escravos, sem contar com aqueles que foram contrabandeados, o que aumenta a cifra para 385.000 (trezentos e oitenta e cinco mil). O ano de maior importação foi 1817, com 25.841 (vinte e cinco mil oitocentos e quarenta e um) (F. ORTIZ, 1987, p. 100-101).

O crescimento foi tal que, em meados do século XIX, a população negra superou em números à branca. Como resultado, o tráfico de escravos, que se desenvolveu subsidiariamente à plantação, transformou-se em uma atividade econômica tão importante como o açúcar e o café, “e se tornou a principal atividade ligada à plantação” (M. MORENO FRAGINALS, 1995, p. 215). Isto demonstra que a escravidão em Cuba teve uma razão econômica. A divisão da sociedade colonial em escravos e escravistas coincidia com a diferença da pigmentação da pele. Nesse contexto – de diferença na cor, nos costumes, nas crenças religiosas e na posição social – brotaram as raízes da discriminação.

A falta de argumentos para tal estado de sujeição

O principal crime, entre os muitos cometidos pela instituição da escravidão, foi a violação do princípio ético que define a todos os homens como idênticos em relação a sua espécie e sobre a base da qual se fundamenta a dignidade da pessoa. Uma identidade que não nega o indiscutível fato de que todos os homens são iguais entre si, ao mesmo tempo em que cada um é diferente do outro, em seus traços físicos, cultura, capacidade e inteligência. Essa identidade na essência e diferença na forma constitui o fundamento da igualdade de oportunidades, que aponta para o fato de que os diferentes podem viver sua originalidade dentro da igualdade, isto é, dentro da dignidade da pessoa. Portanto, a justificação da escravidão não resiste a nenhuma análise.

Segundo o ponto de vista divino, conforme narrado no livro do Gênesis, Deus, ao moldar o homem durante a criação do universo, o definiu, delimitou suas funções e lhe comunicou a razão pela qual havia sido criado: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; domine ele os peixes do mar, as aves dos céus e os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra” (Gênesis 1:26-27). Estes versículos definem o lugar supremo que Deus concedeu ao homem a respeito dos demais seres vivos, porém não sobre seus semelhantes; portanto, dentro do que esse deve e pode submeter não se contempla o próprio homem. Logo, qualquer ação humana encaminhada a prejudicar ou submeter os membros de sua espécie, como é o caso da escravidão, é alheia à vontade do Criador e carece de fundamento bíblico.

O capuchinho Francisco José de Jaca⁶⁴, durante uma viagem pela América em 1678, conheceu a realidade da escravidão africana. Durante a viagem de retorno, esteve em Cuba, onde reivindicou a liberdade dos negros, razão pela qual permaneceu detido vários meses em Havana. Depois de liberado, Jaca dirigiu um relatório ao rei Carlos II, no qual, de maneira impecável, analisa um a um os argumentos que justificavam a escravidão, aduzidos por teólogos e juristas e os rechaça de maneira doutrinária com argumentos de todo tipo (ibidem, p. XVI). Esses argumentos estão contidos em sua obra *Resolución sobre la libertad dos negros y sus originários, en estado de paganos y después ya cristianos*.

Jaca parte da plena autonomia da ordem natural, a qual lhe permitiu afirmar que o cristão, antes de sê-lo, é homem. Deduz que a suposta prioridade da ne-

64 Francisco José de Jaca, frei capuchinho aragonês nascido em 1615. Desconhece-se com certeza o dia e lugar de sua morte. Sua obra, junto à de Epifanio Moirans, permaneceu praticamente inédita até 1982, quando Tomás López García publicou em Roma e em Caracas sua tese de doutorado a respeito.

cessidade econômica, ou qualquer outra, não podem passar por cima dos valores morais, e muito menos sobre a liberdade e os humanos direitos; um conceito com o qual designava os direitos “que são dados a cada um por seu próprio ser como uma criatura, onde estão refletidos todos os seres humanos sem distinção (F. J. DE JACA, 2002, p. 65). A essência de seu pensamento se resume em que a liberdade que oferece o Evangelho, como coisa primeira e essencial, é incompatível com qualquer forma de servidão. Esta obra constitui “a primeira condenação formal da escravidão no pensamento hispânico, opondo-se a toda a linha de pensamento anterior” (ibidem, p. LXI).

Diversas formas e uma mesma essência

As diversas formas de economia insular geraram diversas formas de escravidão. Alejandro de Humboldt, nosso segundo descobridor, captou essas manifestações e as deixou documentadas em seu Ensaio Político Sobre la Isla de Cuba, onde escreveu:

Que distância entre um escravo que serve na casa de um homem rico em Havana e em Kingston, ou que trabalha por sua conta dando unicamente a seu amo uma retribuição diária, e o escravo sujeito a um engenho de açúcar! As ameaças com que se trata de corrigir um negro recalcitrante servem para conhecer esta escala de privações humanas. Ao caseiro se ameaça com o cafezal, ao que trabalha no cafezal com o engenho de açúcar (F. ORTIZ, 1987, p. 283).

A escravidão urbana criou uma das fontes de rendimentos mais lucrativas: a renda do escravo-operário para trabalhar nas construções que o senhor alugava por uma quantidade de dinheiro. Esses escravos contavam com um alto grau de liberdade individual, inclusive, às vezes, se auto-contratavam livremente ou contratavam os serviços de outros escravos, tinham negócios próprios, ou exerciam ofícios, vivendo separados de seus senhores. Nesta forma de exploração incluíam-se as escravas de ganho, empregadas como prostitutas por seus proprietários; a quantidade dessas mulheres foi tão grande que em 1601, o Procurador-Geral declarou ao Cabildo⁶⁵ de Havana, a existência de mais de trezentas escravas

65 Os cabildos eram associações criadas em Cuba nos moldes das confrarias espanholas e um de seus principais objetivos consistia no entretenimento dos escravos, que podiam se reunir durante os feriados para comemorar seus costumes. Além disso, funcionavam como órgãos assistenciais, visto que reuniam recursos para auxiliar em momentos de enfermidade e para comprar a alforria de seus membros. Eram organizados por escravos originários do mesmo grupo étnico, predominando principalmente nas cidades. (Nota de tradução).

de ganho (ibidem, p. 101-103). Em 1658, o Governador proibiu a prostituição; e o Sínodo de 1680 condenou esta prática.

Esta forma de escravidão gerou um setor de artesãos composto por negros e mulatos livres que, no limiar do século XIX, dominava quase todos os ofícios e manifestações artísticas, especialmente a música. Um exemplo foi o violinista negro Claudio José Brindis de Salas, que se tornou uma das figuras musicais mais extraordinárias de Cuba no século XIX. Seu talento natural, afinado e enriquecido com estudos, deu-lhe uma experiência invejável no domínio do instrumento e do público, pelo que foi aplaudido nos mais afamados conservatórios e teatros do mundo. No entanto, depois da tomada de Havana pelos ingleses, começou a predominar a escravidão de plantação, onde os negros, isolados do mundo exterior, foram condenados à escravidão por toda a vida.

Na plantação não existiam os mecanismos jurídicos para adquirir a liberdade, nem a alternativa de aprender ofícios, tampouco a possibilidade de recorrer aos tribunais para denunciar os maus-tratos (ibidem, p. 107). Nela, o cotidiano era o uso dos direitos dos senhores em castigar fisicamente seus escravos. Ainda que desde as Ordenanzas de Cáceres de 1574 até o Código Carolino Negro de 1789 tivessem sido impostas limitações legais a esses abusos, estes se mantiveram até depois de entrar em vigor o Código Negro de 1842.

Nesta forma de escravidão os negros formaram agrupações humanas com alta porcentagem de homens em idade produtiva (M. MORENO FRAGINALS, 1995, p. 204). Tal desequilíbrio rompeu os conceitos de família que os escravos possuíam em seus lugares de origem e os impediu de formar a família nuclear típica da sociedade branca dominante. Nas fábricas de açúcar, salvo raras exceções, não se admitiam escravas e onde estiveram presentes, foi proibida a formação de famílias⁶⁶. Na plantação, a família do negro desapareceu. Não foi muito mais tarde que os fazendeiros cubanos, prevendo a futura interrupção do tráfico negreiro, realizaram gestões para incluir as mulheres. Arango y Parreño não somente obtiveram a liberdade para introduzir mulheres com fins reprodutivos, mas também em seu engenho, durante a década de 1820, toda a cana foi cortada e transportada por escravas (M. MORENO FRAGINALS, 1978, Tomo II, p. 43). Até meados do século XIX, havia negras escravas em todas as fazendas do país. A reprodução de escravos, à imagem e semelhança da pecuária, teve alguns resultados no âmbito produtivo, porém gerou efeitos tão horríveis como, por exemplo, as mães infanticidas (ibidem, p. 54) que, em um ato de “amor”, optavam por eliminar seus

66 Uma prova disto são os códigos negros de 1789 e 1842, onde se legisla sobre as obrigações dos senhores neste sentido.

descendentes para que escapassem a tempo dos horrores da escravidão, algo que se poderia qualificar como eutanásia da plantação.

Na plantação de açúcar, entre o senhor e o escravo estava a repugnante figura do capataz, para exigir jornadas de trabalho que duravam dezesseis horas, para dirimir disputas e atenuar desavenças com argumentos contundentes (F. ORTIZ, 1987, p. 204-205). O capataz empregava uma série de castigos, geralmente executados na entrada do barracão para que servisse de contenção ao espírito de rebeldia. O mais comum era o açoite, de fácil execução e reconhecido pelo direito vigente. Também constavam: o boca abajo, onde o açoitado era obrigado a cooperar contando as chicotadas; a novena, que constava de nove açoites diários durante vários dias; a escada, na qual o escravo era atado para ser açoitado; o bayona, atado como no cepo de campanha dos militares; a duas mãos, uma variante do castigo boca abajo, distribuído por dois capatazes. Em um gesto de “humanidade” havia uma variação do de cabeça para baixo duplo usado contra as negras grávidas, no qual se fazia uma concavidade no solo onde o ventre era acomodado (F. ORTIZ, 1987, p. 229-231).

Em suas deterioradas condições de vida, somente foram conservadas as cantigas e os bailes. Em 4 de julho de 1839, o capitão geral de Cuba editou uma circular estabelecendo: “que devia ser permitido aos escravos, das propriedades rurais, dançar segundo os costumes de seu país, em dias de festa, na parte da tarde até o início da noite, sob a vigilância dos capatazes” (ibidem, p. 215). A institucionalização do canto e dos bailes foi proibida no Código Negro de 1842. Segundo Fernando Ortiz: “Não há sucesso no engenho, relacionado de alguma maneira com a vida dos negros, que não se refira a canções alegres ou tristes” (ibidem, p. 218-219). Ainda que obrigatórios, os bailes não significaram mais uma carga sobre os negros.

Rebelião e integração

Dessas infernais condições de vida surgiram o cimarrón⁶⁷, o palenque⁶⁸ e as conspirações. A violência do branco foi correspondida pela violência do negro, gerando uma horrorosa espiral de dor e morte que durou vários séculos. Os grandes palenques tinham dezenas ou centenas de cabanas, defendidas por uma cerca ou paliçada semelhantes às usadas no século XVII, pelo quilombo dos Palmares,

67 Escravo que fugiu de seu amo. O cimarrão simples era o que levava uma vida solitária nos bosques e o apalencado era o que vivia em comunidade nas fazendas.

68 Comunidade estável de escravos cimarrões localizada em lugares de difícil acesso aos seus perseguidores, formada por várias cabanas e produção para auto-abastecimento.

no Brasil. Entre as manifestações de rebeldia, a insurreição liderada pelo negro livre José Antonio Aponte y Ulabarra⁶⁹ ocupa um lugar de destaque. Foi o primeiro cubano que elaborou uma conspiração de caráter nacional com o objetivo de abolir a escravidão e derrubar o governo colonial. Pôs sob sua liderança, homens de diferentes zonas da África e criollos negros e brancos. O plano foi abortado e em 9 de abril de 1812, Aponte, junto a outros seis negros livres e três escravos foram enforcados, decapitados e suas cabeças exibidas em distintos pontos da cidade de Havana.

Foi o presbítero Félix Varela que, em seu projeto de autonomia para a ilha – desde a ética cristã –, expôs pela primeira vez as teses essenciais que marcaram uma ruptura radical com o pensamento da oligarquia, prevendo a expansão dos direitos dos nascidos na ilha, sem excluir os originários da África; enquanto Domingo Del Monte⁷⁰, ainda que não assumisse uma postura aberta em favor dos escravos, nos anos 30 do século XIX, converteu-se em impulsor do movimento literário abolicionista. A autobiografia de Juan Francisco Manzano, a novela Francisco Suárez y Romero e o conto Petrona y Rosalía de Félix Tanco, entre outros, constituem algumas dessas manifestações graças às quais nossa história literária conta com destacadas obras de consulta obrigatória para o estudo do tema.

Desde 1840, as sublevações de escravos aumentaram especialmente na província de Matanzas, onde em 1843 foram encenados os maiores levantes, nos quais o negro, ator quase único, conseguiu realizar contra todas as expectativas, uma parte da história nacional (S. AGUIRRE, 1974, p. 99). Os negros e mulatos livres que conseguiram adquirir pequenas propriedades e certa cultura estabeleceram uma constante interação com os brancos. Este setor, que chegou a representar cerca de 58% dos habitantes da ilha, com fortes traços de cubanía⁷¹, estabeleceu uma estreita relação de solidariedade com os escravos em um processo de identificação que tinha por base o que Ramiro Guerra denominou “dupla ânsia de liberdade civil e igualdade social por parte do escravo e do negro livre”. Tudo isto baseado na organização dos Cabildos e reforçado pelo estabelecimento dos Batallones de Pardos y Morenos Leales.

69 Aponte era artesão ebanista, artista ligado à pintura e à escultura em madeira e cabo do batalhão de *Milicias Disciplinarias de Pardos y Morenos*.

70 Domingo Delmonte y Aponte (1804-1853), advogado e literato.

71 O termo cubanía é usado no sentido dado por Fernando Ortiz em “Los factores humanos de la cubanidad”: pertencimento à cultura de Cuba, que inclui a consciência de ser cubano e a vontade de querer sê-lo. Cf. *Estudios Etnosociológicos*, p.10-30.

A escalada violenta chegou ao seu auge em 1844 com a horrível repressão conhecida como *Conspiración de La Escalera*⁷² dirigida contra negros e mulatos, livres e escravos, e contra os intelectuais brancos que se opunham à escravidão. Nessa contenda, em que foram envolvidas mais de quatro mil pessoas negras e brancas, ocorreram 57 fuzilamentos, 817 prisões e 334 exilados, mais de 300 mortos durante os processos de investigação, além do fato de que muitos negros e mulatos fugiram de suas casas em Cuba e partiram para o exílio no México (S. LARRÚA GUEDES, 1988, p. 313). Um dos fuzilados foi o poeta Gabriel de la Concepción Valdés (Plácido), cuja culpa consistiu em sua condição de homem livre, com talentos e idéias liberais; uma combinação extremamente perigosa em tempos tão turbulentos.

O Código Negro de 1842

Quatro séculos e meio depois da presença da escravidão na ilha, iniciou-se em Cuba a regulação jurídica das condições de vida infernal dos escravos. Em janeiro de 1843, entrou em vigor o único e tardio Código Negro hispano-cubano. Sua entrada em vigor não obteve o resultado esperado, uma vez que tudo o que ia contra a ética utilitarista predominante continuou sendo violada pelos senhores. Além disso, dois anos após sua entrada em vigor, foi restabelecido o arbítrio dos senhores como único critério exigível no tratamento dos escravos (F. ORTIZ, 1987, p. 347).

O risco e as consequências das rebeliões fez com que muitos negros buscassem a liberdade mediante a manumissão e a coarção ambas as formas reconhecidas pelas leis das Índias e contempladas no Código Negro. Mediante a primeira, o escravo podia comprar-se a si mesmo, devolvendo ao senhor o dinheiro equivalente a investido na sua compra; enquanto que a coarção era uma venda diferida, na qual senhor e escravo pactuavam, através de um documento, o preço e a quantidade de tempo. Apesar da injustiça deste procedimento, ele aparentemente teve um efeito positivo pois, quando o escravo conseguia reunir o dinheiro suficiente, já se encontrava em idade avançada sendo, portanto, uma mercadoria depreciada.

Dessa forma, o senhor reembolsava o valor inicial investido com o qual podia adquirir outro escravo em melhores condições físicas e assim reproduzir o ignominioso sistema. Isso fez estas duas formas de “libertação” e “integração” na

72 O nome da conspiração, segundo Sergio Aguirre, provém de uma escada que existia em um edifício em ruínas na fazenda “Estancia de Soto, a sul da cidade de Matanzas onde eram amarrados e açoitados os presumidos culpados.

sociedade colonial, um excelente negócio. De toda forma, essa possibilidade de obter a liberdade praticamente não existiu na plantação açucareira.

A formação da nação

As nações resultam de um processo de convergência de comunidades diferenciadas em uma nova comunidade com vida econômica, idioma, cultura e psicologia comuns, cujas máximas expressões constituem a cultura e a consciência de pertença a um destino comum. Em Cuba, esse processo teve lugar – sem desconhecer a presença indígena, asiática ou outra – essencialmente a partir de brancos peninsulares e negros africanos, portadores de traços físicos, língua, psicologia e culturas diferentes. Em desigualdade absoluta em relação ao branco, separado abruptamente por uma viagem sem possibilidade de reencontro com sua terra e sua família, o negro se tornou *criollo*, porém diferente do *criollo* branco; o que o impediu, parafraseando Jorge Mañach, de compartilhar um propósito comum acima dos elementos diferenciadores.

Quando em 1868 iniciou-se a Guerra dos Dez Anos, negros e mulatos se incorporaram de forma massiva à insurreição. O fato de que Carlos Manuel de Céspedes e outros fazendeiros decidissem libertar seus escravos para empregá-los como soldados, não significa que a estes faltaram razões para participar da luta, pois antes dessa guerra ocorreram sublevações lideradas por negros e mulatos. Surgiu uma convergência de interesses onde uns aspiravam às liberdades econômicas e políticas, enquanto que outros buscavam a abolição da escravidão, o que explica porque os negros foram à guerra junto com os brancos, porém com sua própria agenda.

No entanto, o Pacto de Zanjón, que pôs fim à contenda, não trouxe a igualdade esperada. Nessas condições, os negros aproveitaram as liberdades permitidas para iniciar as lutas cívicas em defesa de seus direitos, graças às quais obtiveram alguns resultados. As resoluções coloniais de 1882-1883 franquearam o acesso aos passeios e parques públicos e as de 1885 e 1887 lhes permitiram frequentar os cafés e trens com os brancos; um esforço que conduziu à fundação das primeiras associações de negros.

Desde a década de 80 do século XIX, momento em que foi abolida a escravidão em Cuba, reativou-se a luta cívica contra a discriminação racial e pela igualdade de oportunidades na economia e na cultura. No início de 1890, Juan Gualberto Gómez, um dos paladinos na luta pela igualdade entre negros e brancos, expôs no diário *La Fraternidad* vários princípios, similares aos que seis décadas depois empregaria Martin Luther King nos Estados Unidos: 1 – os pre-

conceitos raciais deviam ser reprimidos pelos homens de pele escura, rechaçando com virilidade quem os discriminara e denunciando o racismo implacavelmente; 2 – a reação dos negros e mulatos não podia nem devia ser realizada com outra forma de discriminação, senão unificar as forças de brancos e negros contra todo o tipo de discriminação; 3 – as aspirações do negro não deviam ser separadas das aspirações gerais da nacionalidade cubana, “da qual o negro fazia parte” (S. AGUIRRE, 1997, p. 13).

Em 1892, Juan Gualberto fundou o *Directorio Central de Sociedades de Color* para reivindicar seus direitos e preparar as condições para a independência. O Diretório, apoiando-se nas resoluções coloniais que impediam a exclusão dos serviços em razão de raça, conseguiu, em dezembro de 1893, que o Capitão-Geral as publicasse no Diário Oficial. Com este resultado, milhares de cubanos se mobilizaram para reclamar a igualdade de tratamento e obter uma punição decente para atos de discriminação em estabelecimentos públicos. Por exemplo, no Teatro Payret, onde se proibia aos negros a entrada em grupo, Juan Gualberto exortou a que, com trajes adequados, adquirissem ingressos para camarotes e lunetas e os ocupassem, e se fossem impedidos deviam recorrer às autoridades ou, em seu lugar, aos tribunais, por recusa de auxílio.

Passo a passo, resistindo e enfrentando incidentes penosos e recorrendo à lei, foram ganhando espaços e facilidades antes desconhecidas para eles; desde camarotes e lunetas em teatros, até a inclusão de crianças negras nas aulas das escolas públicas que eram somente para crianças brancas, passando pela desapareição do qualificativo de pardo ou moreno nas cédulas de identidade.

A Guerra de Independência de 1895 foi outro marco na conformação da nação cubana. Se na Guerra dos Dez Anos participaram como soldados e alcançaram altas patentes, agora chegaram a ocupar os mais altos cargos militares. Foi na perícia com as investidas realizadas com armas cortantes e na vida na selva, onde a igualdade e a solidariedade se impuseram aos preconceitos raciais, gerando um salto qualitativo para os negros que tomaram consciência de suas possibilidades na igualdade de condições. De uma concepção negativa marcada pelo sofrimento, inferioridade e despojamento cultural, os negros passaram a ser vistos como heróis.

Ao chegar a República, as perícias demonstradas na guerra serviam pouco para competir no mercado de trabalho. Nesse momento de nossa história, faltou um projeto de ação afirmativa que os priorizasse, pois sem a diminuição da distância econômica e cultural entre negros e brancos, era impossível concluir a nação. Apesar de alguns avanços, a agenda de igualdade e justiça social restou

pendente de realização. Nenhum partido político ou instituição se colocou a tarefa de ajudá-los de forma efetiva. O negro – afirmou a pesquisadora norte-americana Aline Helg – “seguiu sendo o que era, um ‘negro’. Sem saber ler e escrever, sem propriedades, com escassa cultura e vítima de preconceitos raciais”. Tal realidade se fez evidente durante a substituição do Exército Libertador pela nova força armada. Segundo o censo de 1899, somente 16,4% dos soldados e policiais eram negros e em 1907 haviam diminuído a 14,3%; em um país onde 60% dos combatentes do Exército de Libertação haviam sido negros. Nesses mesmos anos, a maioria dos cargos públicos, no comércio, os bancos, os agentes de seguros, as comunicações e o transporte, com exceção do sistema ferroviário, eram ocupados por brancos. Por exemplo, de 504 trabalhadores nas tabacarias, somente 70 eram cubanos e dentre eles, somente um era negro. De 1240 médicos cirurgiões, 9 eram negros e de 1347 somente 4. No ano de 1946, de 182 proprietários rurais pesquisados, somente 16 eram negros e mulatos; e de 212 arrendatários, somente 13 eram de pele escura.

As nove leis eleitorais da República, ainda que fossem avançadas em relação a outros países da região, eram discriminatórias. O sufrágio universal – somente para homens – exigia saber ler e escrever e ter propriedades no valor de 250 pesos no mínimo. O resultado foi que, mesmo havendo sido maioria nas guerras, tanto entre os vivos como entre os mortos, somente uma parte dos negros pode exercer o direito ao voto. Ao mesmo tempo, a força do racismo se manifestou em fatos tão absurdos quanto os seguintes: o estudo antropológico do cadáver de Antonio Maceo chegou à conclusão de que o mesmo estava mais próximo do tipo racial branco que do negro; o caso dos generais negros, em que nenhum pode ocupar posições de destaque na República e em troca, alguns como Quintin Banderas, general das três guerras, com mais de sessenta anos, não somente teve negado um posto de porteiro como foi assassinado de maneira vil. A coexistência e interrelação do mito da igualdade e do mito da inferioridade do negro – o primeiro reconhecido na Constituição e o segundo conservado nas mentes – condicionaram os acontecimentos posteriores. Os negros não tiveram mais opção a não ser continuar a luta.

Do estado de abandono político e econômico surgiu a idéia de que a forma de combater o mal era que a raça negra se organizasse de forma independente. Com esse fim, em 1907 foi fundada a *Agrupación Independiente de Color*, denominada um ano depois de *Partido Independiente de Color* (PIC), primeiro partido de negros do hemisfério. O PIC começou a publicar o *Previsión*, órgão oficial do

movimento. No primeiro número, seu líder, Evaristo Estenoz, fundamentou as causas de surgimento do partido:

Nada pode esperar a raça de cor cubana dos procedimentos usados até aqui pelos partidos políticos, porque nada tem sido feito que possa ser apreciado por nós... Vamos demonstrar que a prática de uma candidatura em que todos sejam de cor, fora dos partidos políticos, ninguém pode negar que por muito pouca que seja a minoria que dê o resultado será sempre maior que o alcançado até agora por todos os grupos nos distintos partidos (T. FERNANDEZ ROBAINA, 1984, p. 61).

Nesse contexto, o senador Martín Morúa Delgado, inimigo das associações raciais, propôs uma emenda constitucional que se converteu em lei:

Non se considerará em nenhum caso como partido político ou grupo independente, nenhuma associação constituída exclusivamente por indivíduos de uma raça ou cor, nem por indivíduos de uma classe por motivo de nascimento, riqueza ou título profissional (R. PÉREZ LANDA, 1957, p. 209).

Na defesa de sua moção expressou:

Devemos ter o cuidado de salvar o direito indiscutível que tem os cubanos de organizar um partido operário. Não se trata da classe trabalhadora entre os quais se acham compreendidos os homens de ambas as raças e o fim que perseguem é verdadeiramente democrático e moralizador... (ibidem, p. 210).

Posteriormente nos debates do Senado, Morúa vaticinou que uma organização política integrada por negros poderia automaticamente gerar seu oposto, uma organização composta somente por brancos, e que este era precisamente o conflito que o projeto de lei tentava impedir.

Há que se ter em conta algumas declarações negativas de líderes do PIC. Por exemplo, no periódico *Previsión*, de 10 de novembro de 1909, foi publicado o seguinte: “Todo homem de cor que não mate instantaneamente o covarde agressor que o humilhe em um estabelecimento público é um miserável e indigno de ser homem, que desonra a sua pátria e a sua raça”. Em outra oportunidade, nesse mesmo órgão, apareceu a seguinte declaração: “O PIC tem cerca de 60 mil afiliados, entre eles 15 mil soldados da guerra da independência, 12 generais, 30 coronéis e centenas de oficiais de menores patentes”; declarações que tiveram um efeito contrário ao esperado. Em maio de 1912 os *Independientes de Color* lançaram o grito de: “guerra ou abaixo a Lei Morúa”, pensando mais em que a

Lei deveria ser derogada, do que na guerra. Em resposta, o Governo empregou toda a força pública contra eles. Seus membros foram massacrados em nome da “Nação” contra “a raça inferior”, dificultando uma vez mais o processo de identidade e destino comum. Foi um – senão o maior – dos crimes cometidos em nossa convulsa história.

Depois deste trágico acontecimento os esforços para melhorar a situação do negro retornaram à via cívica. Mesmo que as possibilidades de superação e participação fossem limitadas, entre 1912 e 1933 um número crescente de negros e mulatos pode acessar ao sistema escolar público e, como expressa Alejandro de la Fuente: “entrar no mundo das profissões de colarinho branco”. Se antes desta data os partidos tradicionais, herdeiros da ética utilitarista, somente atenderam ao negro devido ao seu crescente peso nas eleições; na década de 30, o nascente movimento operário interracial liderado pelos comunistas desempenhou um papel importante contra a discriminação racial.

O avanço, mesmo lento, permitiu alguns resultados. Basta citar uma parte dos órgãos de imprensa que participaram no debate do problema negro durante a República: *El Nuevo Criollo* dirigido por Rafael Serra; *El Heraldo Cienfuegos*; *El Comercio*; *El Puritano*; a coluna de Ramón Vasconcelos *Palpitaciones de la raza de color* no periódico *La Prensa*; *Labor Nueva*; *Previsión*; *Ideales de una raza*, a coluna dominical de Gustavo Urrutia no *Diario de la Marina* (1928-1931), com uma circulação semanal de várias dezenas de milhares de exemplares, na qual participaram intelectuais do porte de Jorge Mañach, Fernando Ortiz, José Antonio Ramos, Juan Marinello y Nicolás Guillen, entre outros; a revista *Adelante*, órgão da associação de mesmo nome; a revista *Estudios Africanos*, órgão da Sociedade de Estudos Africanos dirigida por Fernando Ortiz (1937-1940), a qual contou com trabalhos importantes, entre outros, de Rómulo Lachanteñere e de Salvador García Agüero; a revista *Bohemia* e periódicos como *Noticias de hoy*, do Partido Socialista Popular. Ao final da década de 40 o país contava com uma imensa rede de imprensa escrita e setenta emissoras de rádio; órgãos que apresentaram pautas no debate contra a discriminação racial; auxiliaram o desenvolvimento social e cultural do negro e fortaleceram uma consciência que se encaminhava para a formação da nação.

Resultado do período anterior, na Constituição de 1940 foi incluído um princípio antirracista fundamental; um instrumento jurídico imprescindível para o fomento da igualdade entre negros e brancos: “se declara ilegal e punível toda discriminação por motivo de raça, cor ou classe e qualquer outra causa lesiva à dignidade humana. A Lei estabelecerá as sanções em que incorrem os infra-

tores deste preceito” (T. FERNANDÉZ ROBAINA, 1984, p. 144). No entanto, este princípio restou pendente da efetividade devido ao fato de que nunca foi promulgada a lei penal complementar contra a discriminação. Assim, durante os governos legítimos, o problema continuou a avançar mais lentamente. Tanto os presidentes do país quanto os intelectuais mais destacados se viram obrigados a se referir ao problema racial. O associacionismo legal permitiu que em fevereiro de 1952 fosse celebrado o *Congreso de las Sociedades Negras*⁷³.

O poder da revolução

A tendência a resolver os problemas do país por via da violência se impôs novamente com o Golpe de Estado de 1952. A resposta, também por via da violência, foi encabeçada pelo Movimento 26 de Julho, composto predominantemente por cubanos de pele branca. O governo revolucionário, que tomou o poder através das armas em 1959, deu o mais profundo golpe sofrido pelo racismo na história de Cuba, com medidas que abriram aos negros as portas de lugares proibidos, de empregos e de instrução. O próprio Fidel Castro, em um discurso de março de 1959, dizia:

Por que não escrevemos artigos contra a discriminação racial? Por que não abordamos este problema? Por que não investir algumas páginas para escrever e provar cientificamente que é absurdo? Em despertar a compreensão entre os cubanos? (T. FERNANDÉZ ROBAINA, 1984, p. 184).

O grande erro consistiu em considerar a discriminação como resultante da sociedade classista, portanto, uma vez eliminadas as classes sociais e com ela os privilégios, começou-se a proclamar o fim da discriminação racial em Cuba. Porém, junto aos benefícios da Revolução, os negros – e todos os cubanos – perderam os instrumentos e espaços cívicos insubstituíveis que haviam propiciado o avanço obtido, regressando, nesse sentido aos piores momentos da colônia. O racismo, uma vez expulso dos espaços públicos, refugiou-se na cultura e ali permaneceu à espera de tempos melhores. A miragem ante tão espetacular e significativa “conquista” conduziu à errônea decisão de eliminar do debate público o tema do negro.

A crise do socialismo de 1989 surpreendeu os negros indefesos ante o ressurgimento de condutas racistas e da deterioração de suas condições materiais de vida. O negro, que por amplas razões históricas não migrou, foi excluído do

73 Periódico *Noticias Hoy*, 24 de fevereiro de 1952, p. 2.

envio das remessas familiares, o que se refletiu no crescimento da prostituição, no crescimento das atividades delitivas e na presença massiva de negros durante o intenso êxodo de agosto de 1994. A reduzida proporção de negros em cargos de direção, em programas televisivos e em empresas que operam com moedas estrangeiras, rememora o medo do negro desenvolvido após a Revolução do Haiti. A proporção de mulheres negras que ocupam cargos de direção no primeiro nível de governo, a alta proporção de jovens negros na população penal do país, a enorme quantidade de jovens negras e mestiças que exercem a prostituição e a alta deserção escolar entre eles, também o demonstram. Esses acontecimentos são demonstrativos das grandes diferenças ainda existentes entre brancos e negros em Cuba.

O desaparecimento do socialismo, a inviabilidade do atual sistema político, o agravamento da crise econômica, o deslocamento do açúcar, remessas familiares como principal fonte de divisas, assim como a circulação legal do dólar, entre muitos outros fatores, afetaram seriamente os jovens, particularmente os negros, gerando novas diferenças sociais em meio à ausência da sociedade civil e dos meios de comunicação independentes para expressar suas queixas.

Junto ao crescimento de atividades à margem da lei para sobreviver, e em meio ao ressurgimento de doenças que haviam sido erradicadas, irromperam as composições de *rappers*. Segundo o musicólogo cubano Helio Orovio, o *rap* cubano tem suas raízes na cultura africana; a *rumba*, e em particular a *colúmbia*, o *guaguancó*, e a *guaracha*; formas que se assemelham ao *rap* pela maneira de falar, pela maneira de viver de seus intérpretes, por sua origem urbana e pelo caráter contestatário do gênero. Através dele, apesar dos *rappers* cubanos iniciarem com uma homenagem a Malcom X, seu repertório reflete a situação descrita dos negros cubanos.

À guisa de conclusão

Resumindo: a colônia não tinha interesse em solucionar o problema do negro; a República reconheceu o problema, permitiu o associacionismo e o debate público, o reconhecimento na Constituição e conseguiu certos avanços, porém não o acompanhou com as medidas institucionais correspondentes; a Revolução tomou medidas educacionais e institucionais, porém desmontou a sociedade civil e limitou os direitos e as liberdades cívicas que serviram de fundamento ao lento avanço obtido. Enfim, ao longo de nossa história o problema do negro não tem recebido o tratamento abrangente que requer um fenômeno de tal complexidade.

A solução tem que ser integral e dirigida simultaneamente contra causas e efeitos, baseada na reconciliação entre brancos e negros e de ambos em relação ao direito à propriedade, à cultura e à participação nas condições de liberdade e justiça sociais. Para isto se requer os espaços, direitos civis e liberdades correspondentes, além de certas facilidades a este setor da população, juntamente com um programa de educação geral e de debates dirigidos a toda a população, até que as diferenças de instrução, propriedade e participação social entre brancos e negros desapareçam.

Referências

AGUIRRE, Sergio. *Eco de caminos*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974.

_____. *Juan Gualberto Gómez, un gran olvidado*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1997.

CASTELLANOS, Dimas. *Esclavitud y evangelio en las plantaciones azucareras de la Cuba colonial entre fines del siglo XVIII y mediados del XIX*. (Tesis en opción al título de licenciado en estudios bíblicos y teológicos). La Habana: Instituto Superior de Estudios Bíblicos y Teológicos, 2006.

_____. *Morúa y la matanza de 1912*. La Habana: Revista Digital Consenso No. 3 de 2007.

DE JACA, Francisco José. *Resolución sobre la libertad de los negros y sus originarios, en estado de paganos y después ya cristianos. La primera condena de la esclavitud en el pensamiento hispano*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2002. Colección del Hábeas Hispanorum de Pace, Segunda Parte. Vol 11. Miguel Anxo Pena Gonzáles (Ed)

FERNÁNDEZ ROBAINA, Tomás. *El negro en Cuba 1902-1958*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1984.

HORREGO ESTUCH, Lepoldo. *Juan Gualberto Gómez, un gran inconforme*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

LARRÚA GUEDES, Salvador. *La Orden de Predicadores en la Isla de Cuba*. Ciudad de La Habana: 1998.

MERLÍN, María De Las Mercedes. *Los esclavos en las colonias españolas*. Madrid: Imprenta de Alegría y Charlain, 1841.

MORENO FRAGINALS, Manuel. *El ingenio*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1978.

_____. *Cuba/España, España/Cuba; historia común*. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1995.

ORTIZ, Fernando. Estudios etnosociológicos. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1991.

_____. Los negros esclavos. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987.

PÉREZ LANDA, RUFINO. Vida pública de Martín Morúa Delgado. Academia de la historia, La Habana, 1957.

REINA-VALERA. Santa Biblia. Bogota: Sociedades Bíblicas Unidas, 1995.

RIVERA PAGÁN, Luis N. Evangelización y violencia: la conquista de América. San Juan: Editorial CEMI, 1991.

SACO, José Antonio. Acerca de la esclavitud y su historia. (Selección e introducción de Eduardo Torres-Cuevas y Arturo Sorheguí). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1982.

VIÑALET, Ricardo. Fernando Ortiz ante las secuelas del 98, un regeneracionismo transculturado. La Habana: Fundación Fernando Ortíz, 2001.

■.....**Dimas Cecilio Castellanos Martí** nasceu em Jiguaní em 1943 e vive em Havana. É licenciado em Ciências Políticas e em Estudos Bíblicos e Teológicos e Graduado em Ciências da Informação. Foi professor de Filosofia marxista, é jornalista independente, membro do Conselho de Redação da Revista Consenso e da direção do Instituto de Estudos Cubanos com sede na Flórida.